



Aos catorze dias do mês de março de 2025, reuniu nas instalações da Freguesia de Cunheira, o Júri do procedimento concursal comum na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Setor de Apoio Administrativo, constituído por:

Presidente do Júri – Joaquim João Grazina Amaro, Coordenador Técnico do Município de Alter do Chão;

- 1.º Vogal Efetivo Ana Maria Meira Marques, Assistente Técnica do Município de Alter do Chão (substituirá o Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos;
- (que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos).
- 2.º Vogal Efetivo Francisco José Pires Ramos, Assistente Técnico do Município de Alter do Chão;
- 1º Vogal Suplente Sónia de Jesus Baptista Feiteira Pacheco, Assistente Técnica do Município de Alter do Chão;
- **2º Vogal Suplente** Isabel da Conceição Caldeira Calado, Assistente Técnica do Município de Alter do Chão.

A reunião teve como objetivo fixar os parâmetros de avaliação, a ponderação e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar ao procedimento, para ocupação do posto de trabalho acima indicado.

Nestes termos o júri deliberou por unanimidade:

- 1. Métodos de seleção: nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por Portaria, conjugado com o n.º 1 e 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, doravante designada por LTFP, os métodos a aplicar serão:
 - 1.1. Aos candidatos que sejam detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caraterizadora do posto de trabalho para ocupação:
 - 1.1.1. Avaliação Curricular (AC) método obrigatório;
 - 1.1.2. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) método obrigatório;
 - **1.2.** Para os restantes candidatos:
 - 1.2.1. Prova de Conhecimentos (PC) método obrigatório;



1.2.2. Avaliação Psicológica (AP) - método obrigatório;

- 1.3. Os métodos de seleção indicados no ponto nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por Portaria, conjugado com o n.º 1 e 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, doravante designada por LTFP, os métodos a aplicar serão:
- 1.4. Aos candidatos que sejam detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caraterizadora do posto de trabalho para ocupação:.1 poderão ser afastados pelos candidatos mediante declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos no ponto Para os restantes candidatos:, conforme previsto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP;

2. Método de Avaliação.

2.1 Avaliação Curricular (AC): Prevista na alínea a) do ponto 2 do artigo 36.º da LTFP, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes (HA), formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função (FP), experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e grau de complexidade das mesmas (EP) e Avaliação de Desempenho relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar (AD).

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas e resultará da média aritmética simples ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

AC = HAx20% + FPx30% + EPx40% + ADx10%

Sendo que:

2.1.1 HA = Habilitações Académicas: cada elemento é avaliado da seguinte forma:

• Escolaridade Obrigatória

10 valores:

12º. Ano de escolaridade

16 valores:



18 valores:

20 Valores;

Licenciatura

Doutoramento

- **2.1.2** <u>FP = Formação Profissional</u>: considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função:
 - Sem participações em ações de formação 8 valores;
 - Com ações e formação 10 + 1 valor/cada ação (até ao limite de 20)
- **2.1.3** <u>EP = Experiência Profissional</u>: considerando e ponderando com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas:
 - Sem experiência profissional (inferior a 1ano) 8 valores;
 - Até 5 anos de experiência 12 valores;
 - De 6 até 10 anos de experiência 16 valores;
 - De 11 até 15 anos de experiência 18 valores;
 - Superior a 15 anos de experiência 20 valores.
- 2.1.4 <u>AD = Avaliação de Desempenho</u>: em que se pondera a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.
 - Desempenho Inadequado 8 valores;
 - Desempenho Adequado 12 valores;
 - Desempenho Relevante 16 valores;
 - Desempenho Excelente 20 valores.

Em caso de candidatos que por razões que não lhes sejam imputáveis não possuam avaliação de desempenho relativa àquele período ser-lhes-á atribuída a classificação de <u>12 valores</u>, por analogia com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria.

Quando a avaliação do desempenho constante da declaração passada e autenticada pelo serviço de origem, para efeitos de conferência dos requisitos, indique somente a expressão qualitativa da avaliação do desempenho, a valoração corresponderá à expressão quantitativa mínima da escala de avaliação do SIADAP.



Escala do SIADAP (Lei n.º 10/2004, de 22 de março)	Escala do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)	Classificação
1,0 – 1,9	1,000 – 1,499	4 Valores
2,0 - 2,9	1,500 – 1,999	8 Valores
3,0 – 3,9	2,000 – 3,999	12 Valores
4,0 – 4,4	4,000 – 4,499	16 Valores
4,5 – 5,0	4,500 – 5,000	20 Valores

2.2 Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): Prevista na alínea b) do ponto 2 do artigo 36.º da LTFP, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, visa obter, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício das funções.

A classificação a atribuir a cada competência será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação das competências abaixo discriminadas, sendo valorada de acordo com a seguinte fórmula:

EAC = (A+B+C+D+E) / 5

- 2.2.1 <u>Orientação para o Serviço Público</u>: Capacidade para exercer a sua atividade respeitando os princípios éticos e valores do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade;
- 2.2.2 <u>Trabalho em Equipa e Cooperação</u>: Capacidade para se integrar em equipas de trabalho com vista à concretização de objetivos comuns;
- **2.2.3** <u>Comunicação</u>: Capacidade para transmitir informação com clareza e precisão e adaptar a linguagem aos diversos tipos de interlocutores;
- 2.2.4 <u>Iniciativa e Autonomia</u>: Capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas;
- **2.2.5** Tolerância à Pressão e Contrariedades: Capacidade para lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional;
- 2.3 Prova escrita de conhecimentos (PC): Visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício das funções, revestirá a forma escrita, de realização individual, teórica e numa só fase, de carater eliminatório, tendo a duração de 1 hora e trinta minutos, será adotada a escalda de



valoração de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas, tendo a mesma caráter eliminatório para os candidatos que obtiverem uma classificação inferior a 9,50 valores. Incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica diretamente relacionadas com as exigências da função, com consulta em suporte de papel, que cada candidato deverá trazer consigo, não sendo permitidas anotações;

Não é permitida a consulta de documentação em formato digital e a utilização de qualquer meio eletrónico durante a realização da prova.

Legislação e Bibliografia necessária à realização das Provas de Conhecimento em que devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas até à data da realização da prova de conhecimentos:

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com as alterações vigentes);
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a Revisão do Código do Trabalho, com as alterações vigentes);
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, com as alterações vigentes);
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA com as alterações vigentes);
- 2.4 Avaliação psicológica (AP), prevista na alínea b) do ponto 1 do artigo 36.º da LTFP, visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, caraterísticas de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido e será valorada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 21.º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro, através das menções classificativas de Apto e Não Apto.
- 3. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer uma das fases ou dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em



qualquer um deles. Os métodos de seleção, bem como cada uma das suas fases têm carater eliminatório, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Portaria.

- **4.** Atendendo à celeridade do presente procedimento concursal e de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria, os métodos de seleção serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes será efetuada apenas aos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 10 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. Os restantes candidatos serão considerados excluídos, dispensando assim a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes.
- **5.** A ordenação final, dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efetuada através da seguinte fórmula, nos termos dos artigos 21.º, 23.º e 24.º da Portaria:
 - 5.1. Para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como aos candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade:

CF = 50%AC + 50%EAC

Em que:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

5.2. Para os restantes candidatos:

CF= (100%PC) + AP (Apto/Não Apto)

Em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos



- **6.** Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro.
- 7. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- **8.** Nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do Decreto Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência que se enquadre nas circunstâncias e situações descritas no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 9/89, de 2 de maio, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.
- **9.** As comunicações e notificações a efetuar aos candidatos serão efetuadas, preferencialmente, através do endereço de correio eletrónico disponibilizado no formulário de candidatura.
- **10.** Colocada a votação a presente ata, e após votação nominal, a mesma foi aprovada por unanimidade por todos os elementos do júri.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e se lavrou a presente ata que será assinada por todos os membros do júri.

Presidente do Júri:

1.º Vogal Efetivo:

ANA HAMA MEINA MARQUES
(Ana Maria Meira Marques)

2.º Vogal Efetivo:

Ses 15 7ins Ramos (Francisco José Pires Ramos)